



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
Rio Grande do Norte

Boletim Eleitoral

Edição n.º 16, período de 1º a 15 de outubro de 2024.

SUMÁRIO

Acórdãos do TSE.....	2
Decisão Monocrática do TSE.....	7

SOBRE A PUBLICAÇÃO

O Boletim Eleitoral tem por objetivo destacar resoluções, decisões monocráticas e acórdãos que suscitem maior interesse relacionados à matéria eleitoral, advindos dos Tribunais Superiores.

ELABORAÇÃO

Seção de Jurisprudência e Legislação
Coordenadoria de Gestão da Informação
Secretaria Judiciária

Acórdãos do TSE

Consulta Eleitoral nº 0600167-56.2023.6.00.0000 – Brasília/DF

Relator: Ministro Nunes Marques, publicado no Diário da Justiça Eletrônico – TSE de 3/10/2024.

CONSULTA. PARTIDO POLÍTICO. PRESSUPOSTOS FORMAIS. ATENDIMENTO. MÉRITO. CELEBRAÇÃO DE FEDERAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DE JUSTA CAUSA AUTOMÁTICA. INOCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DO DEVER DE FIDELIDADE. ART. 11–A, §§ 1º E 9º, DA LEI N. 9.504/1997. FUSÃO, INCORPORAÇÃO E FEDERAÇÃO. DISTINÇÃO. PRIMEIRO QUESTIONAMENTO RESPONDIDO NEGATIVAMENTE. SEGUNDO QUESTIONAMENTO PREJUDICADO.

1. A consulta formulada atende os três requisitos para seu conhecimento, a saber: (i) legitimidade do consulente – órgão nacional de partido político; (ii) pertinência temática – veiculação de matéria eleitoral em sentido estrito; e (iii) completa desvinculação de casos concretos – inequívoca abstração.

2. Os §§ 1º e 9º do art. 11–A da Lei nº 9.504/1997 expressamente preveem que o instituto da fidelidade partidária não resta comprometido pela celebração de Federação.

3. Nos termos do art. 22–A, da Lei n. 9.096/1997, somente podem ser consideradas justa causa para a desfiliação de detentor de mandato eletivo: (i) mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; (ii) grave discriminação política pessoal; e (iii) a mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.

4. A celebração de federação não implica, por si só, justa causa prevista no art. 22–A da Lei n. 9.096/1997. Portanto, não é apta a autorizar a migração, sem perda de mandato, dos parlamentares eleitos em razão de sua efetivação.

5. A formação de federação não possui os mesmos caracteres da fusão e da incorporação e, via de consequência, não há como se aplicar por analogia os precedentes do Tribunal Superior Eleitoral que consideram ambas as figuras como geradoras de justa causa.

6. Consulta conhecida e respondida negativamente quanto ao primeiro questionamento. Prejudicada, quanto à segunda indagação.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por maioria, em conhecer da Consulta para responder ao primeiro questionamento no sentido de que "a celebração de federação não implica, por si só, em mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário e, por conseguinte, não é apta a caracterizar justa causa para desfiliação", e julgar prejudicada a segunda indagação, nos termos do voto do relator, vencida quanto ao conhecimento, a Ministra Isabel Gallotti, e, no mérito, os Ministros Raul Araújo e Dias Toffoli.

Brasília, 4 de junho de 2024.

MINISTRO NUNES MARQUES
RELATOR

ELEIÇÕES 2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL RIO GRANDE DO NORTE – TRE/RN. MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN.

REQUISIÇÃO DE FORÇA FEDERAL. RESOLUÇÃO N. 21.843/2004 DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. AÇÕES DE GARANTIA DA VOTAÇÃO E DA APURAÇÃO – GVA. AÇÃO DE SEGURANÇA. PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS. PEDIDO DEFERIDO.

1. O TRE/RN encaminha requisição de força federal para ações de garantia da votação e da apuração nas eleições municipais de 2024.
2. O inc. XIV do art. 23 do Código Eleitoral prevê que compete privativamente ao Tribunal Superior Eleitoral "requisitar força federal necessária (...) para garantir a votação e a apuração".
3. O § 2º do art. 1º da Resolução n. 21.843/2004 do Tribunal Superior Eleitoral estabelece que o pedido do Tribunal regional "será acompanhado de justificativa – contendo os fatos e circunstâncias de que decorra o receio de perturbação dos trabalhos eleitorais –, que deverá ser apresentada separadamente para cada zona eleitoral, com indicação do endereço e do nome do juiz eleitoral a quem o efetivo da força federal deverá se apresentar".
4. No caso, a Diretoria-Geral do Tribunal Superior Eleitoral informou terem sido observados os requisitos estabelecidos na Resolução n. 21.843/2004 deste Tribunal Superior.
5. Pedido deferido.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em deferir o pedido de requisição de força federal para atuar no primeiro turno das eleições de 2024, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 03 de outubro de 2024.

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA
RELATORA

ELEIÇÕES 2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE – TRE/RN. MUNICÍPIO DE JOÃO DIAS/RN.

REQUISIÇÃO DE FORÇA FEDERAL. RESOLUÇÃO N. 21.843/2004 DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. AÇÕES DE GARANTIA DA VOTAÇÃO E DA APURAÇÃO – GVA. AÇÃO DE SEGURANÇA. PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS. PEDIDO DEFERIDO.

1. O TRE/RN encaminha requisição de força federal para ações de garantia da votação e apuração nas eleições municipais de 2024.
2. O inc. XIV do art. 23 do Código Eleitoral prevê que compete privativamente ao Tribunal Superior Eleitoral "requisitar força federal necessária (...) para garantir a votação e a apuração".
3. O § 2º do art. 1º da Resolução n. 21.843/2004 do Tribunal Superior Eleitoral estabelece que o pedido do Tribunal regional "será acompanhado de justificativa – contendo os fatos e circunstâncias de que decorra o receio de perturbação dos trabalhos eleitorais –, que deverá ser apresentada separadamente para cada zona eleitoral, com indicação do endereço e do nome do juiz eleitoral a quem o efetivo da força federal deverá se apresentar".
4. No caso, a Diretoria–Geral do Tribunal Superior Eleitoral informou terem sido observados os requisitos estabelecidos na Resolução n. 21.843/2004 deste Tribunal Superior.
5. Pedido deferido.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em aprovar a requisição de força federal, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 24 de setembro de 2024.

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA
RELATORA

ELEIÇÕES 2020. PREFEITO. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO PENAL. CRIME. PROPAGANDA ELEITORAL. DIVULGAÇÃO DE FATO QUE SABE INVERÍDICO E CAPAZ DE INFLUENCIAR OS ELEITORES. ART. 323 DO CÓDIGO ELEITORAL. CRIME. DIFAMAÇÃO. ART. 325 DO CÓDIGO ELEITORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. NEGATIVA DE PROVIMENTO.

1. Agravo interno interposto pelo Ministério Público contra decisão singular em que se deu provimento a recurso especial de candidato não eleito ao cargo de prefeito de Bauru/SP em 2020 (ora agravado), a fim de absolvê-lo da acusação de prática dos crimes dos arts. 323, parágrafo único (redação da época do fato), e 325 do Código Eleitoral, com a causa de aumento de pena do art. 327, III, do mesmo diploma.

2. Dentro dos limites fáticos do acórdão regional, não se configurou o crime do art. 323 do Código Eleitoral, pois a fala do agravado ao se referir à ação de impugnação do registro de candidatura do seu adversário foi restrita ao conteúdo do parecer emitido pelo Ministério Público naqueles autos, que, é inconteste, opinou pelo indeferimento. A circunstância de o agravado estar ciente da sentença de improcedência proferida naquela ação não torna inverídico o fato veiculado na propaganda. Também é incontroverso, no caso, que havia recurso pendente de julgamento no dia em que a propaganda foi apresentada ao público, de modo que o resultado do julgamento poderia realmente ser alterado.

3. Igualmente não se configurou o crime de difamação para fins de propaganda eleitoral (art. 325 do Código Eleitoral), haja vista que a publicidade não transmite mensagem capaz de ofender a reputação do candidato opositor. Infere-se da peça publicitária uma narrativa política com comentários críticos voltados contra o adversário, mas que não ultrapassam os limites razoáveis inerentes à propaganda eleitoral, destinada, por sua natureza, a difundir conteúdos favoráveis ao candidato que se promove e desfavoráveis ao candidato que se censura.

4. A reforma do julgado não demandou reexame de fatos e provas, vedado pela Súmula 24/TSE, mas apenas o reenquadramento jurídico dos fatos delineados pela Corte de origem.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 3 de outubro de 2024.

MINISTRA ISABEL GALLOTTI
RELATORA

DIREITO ELEITORAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. PROPAGANDA ELEITORAL. DIREITO DE RESPOSTA. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PARCELAMENTO DE MULTA ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE DIREITO SUBJETIVO AO PARCELAMENTO EM SESSENTA MESES. INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE. NEGATIVA DE PROVIMENTO.

1. Agravo regimental interposto contra decisão da Ministra Cármen Lúcia, que negou seguimento a agravo interposto contra decisão de inadmissão, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE), de recurso especial referente ao pedido de parcelamento de multa eleitoral imposta em 10 prestações, mensais e sucessivas, no valor de 10 mil UFIRs, solicitado para ser estendido a 60 parcelas.

2. O parcelamento de multas eleitorais previsto no art. 11, § 8º, III, da Lei nº 9.504/1997, não possui caráter absoluto, cabendo ao magistrado a definição das condições do parcelamento com base nas peculiaridades do caso concreto.

3. O entendimento do Tribunal Superior Eleitoral é no sentido de que o magistrado não está obrigado a conceder parcelamento em sessenta meses, sendo a decisão orientada pela análise da condição financeira do devedor e pela manutenção do caráter sancionatório da multa.

4. A alegação de direito subjetivo ao parcelamento em sessenta meses não encontra amparo legal, uma vez que depende da demonstração da necessidade financeira do devedor e da avaliação do julgador quanto à adequação das condições de pagamento.

5. A reanálise de fatos e provas é vedada em recurso especial eleitoral, conforme consolidado na Súmula nº 24 do TSE, sendo admissível apenas a revisão da aplicação do direito.

6. A decisão recorrida está em conformidade com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, conforme estabelece a Súmula nº 30 do TSE, que impede o conhecimento de recurso especial eleitoral por dissídio jurisprudencial – também aplicável aos casos de alegada violação à lei – quando a decisão recorrida estiver alinhada com a jurisprudência do Tribunal.

7. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do relator.

Brasília, 1º de outubro de 2024.

MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA
RELATOR

Decisão Monocrática do TSE

Recurso Especial Eleitoral nº 0601144-27.2022.6.20.0000 – Natal/RN

Relatora: Ministra Isabel Gallotti, publicado no Diário da Justiça Eletrônico – TSE de 8/10/2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL (11549) Nº 0601144-27.2022.6.20.0000 (PJe) - NATAL - RIO GRANDE DO NORTE

RELATORA: MINISTRA ISABEL GALLOTTI

RECORRENTE: IRON LUCAS DE OLIVEIRA JUNIOR

Advogado do(a) RECORRENTE: MARIELLE ARAUJO DE MEDEIROS - RN20074

ELEIÇÕES 2022. DEPUTADO FEDERAL. RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. GASTOS. FOGOS DE ARTIFÍCIO. ART. 35, IX, DA RES.-TSE 23.609/2017. REGULARIDADE. APROVAÇÃO. PROVIMENTO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo TRE/RN, que aprovou com ressalvas as contas de campanha do recorrente, candidato ao cargo de deputado federal pelo Rio Grande do Norte nas Eleições 2022, e determinou a devolução de R\$15.000,00 ao erário, imposta devido a gastos considerados irregulares de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para a aquisição de fogos de artifício.
2. Consoante o art. 35, IX, da Res.-TSE 23.607/2019, "são gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta Resolução [...] realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura".
3. Não há limitações expressas quanto aos tipos de produtos e serviços que podem ser utilizados nesses eventos, de modo que os candidatos possuem autonomia para organizá-los, desde que haja o devido registro, se observe os limites fixados pela Resolução e se destine a promover a candidatura.
4. Os gastos com fogos de artifício estão devidamente registrados, correspondem a percentual pouco expressivo diante dos recursos movimentados na campanha e foram utilizados para a promoção da candidatura. Irregularidade afastada.
5. Recurso especial a que se dá provimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Iron Lucas de Oliveira Júnior, candidato ao cargo de deputado federal pelo Rio Grande do Norte nas Eleições 2022, contra acórdão proferido pelo TRE/RN assim ementado:

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA - ELEIÇÕES 2022 - CANDIDATO - DEPUTADO FEDERAL - DILIGÊNCIA - COMPROVAÇÃO - GASTO COM SERVIÇO DE MARKETING DIGITAL - APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA - REGULARIDADE FORMAL E DOCUMENTAL - POSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DE ELEMENTOS COMPROBATÓRIOS ADICIONAIS - LITERALIDADE DO §3º DO ART 60 DA RES. TSE nº 23.607 - ENTREGA DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO - DESPESA PAGA INTEGRALMENTE COM RECURSOS PÚBLICOS - JUNTADA DE DECLARAÇÃO EXPLICATIVA DAS ATIVIDADES PELAS CONTRATADA - EXIBIÇÃO DE ELEMENTOS DE MÍDIA VISUAL VEICULADAS EM PÁGINA PESSOAL DO CANDIDATO - REALIZAÇÃO DE NÚMERO EXPRESSIVO DE POSTAGENS NO PERÍODO DA CONTRATAÇÃO - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS OUTROS DE MALVERSAÇÃO DOS

VALORES OU DE POSSÍVEL INEXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - SUFICIÊNCIA DOS ELEMENTOS COMPROBATÓRIOS PARA COMPROVAR A ENTREGA DO OBJETO - IRREGULARIDADE QUE SE AFASTA - AQUISIÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA - FEFC - PRODUTOS QUE NÃO SE PODEM CONSIDERAR COMO DESPESA LEGÍTIMA - INVIABILIDADE DE SUA INCLUSÃO NO ROL DO ARTIGO 35 DA RESOLUÇÃO TSE n.º 23.607/2019 - PRECEDENTES - FALHA QUE CORRESPONDE A PERCENTUAL POUCO EXPRESSIVO DAS DESPESAS DECLARADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS - INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE - APROVAÇÃO COM RESSALVAS - DEVOLUÇÃO DOS VALORES GLOSADOS.

A atividade fiscalizatória da Justiça Eleitoral não se limita à comprovação documental das contratações e gastos, notadamente quando direcionada à verificação da regularidade das despesas efetuadas com uso de recursos inteiramente públicos e correspondentes à significativa parcela da totalidade dos valores movimentados, sendo facultado o acesso a elementos comprobatórios adicionais quanto à efetiva entrega do produto ou serviço contratado, a teor do §3º do art. 60 da Res. TSE 23.607.

Na situação pontual e específica dos autos em estudo, além da regularidade formal na constituição da despesa com os serviços de marketing digital e identidade visual do candidato, foram também trazidos elementos visuais que revelam a efetiva entrega do objeto, bem como que houve veiculação de referido material em contas pessoais do prestador de contas, com expressivo volume de postagens no período da campanha.

Os recursos de natureza pública a serem utilizados nas campanhas eleitorais são de destinação vinculada à aquisição de produtos e serviços destinados à campanha eleitoral e arrolados no art. 35 da Res. TSE nº 23.607/2019, a fim de permitir o controle de gastos e fiscalização quanto à adequada finalidade por meio da Justiça Eleitoral.

"Em razão da incompatibilidade da pretensão a que se destina o financiamento público de campanha, não há como inserir, no rol supracitado, artifícios pirotécnicos, de puro caráter estético e completamente dispensável, sendo, por muitas vezes, até proibidos ante as inúmeras repercussões sociais negativas que geram " (TRE/CE Recurso Eleitoral no 060071919, Acórdão de , Relator(a) Des. ROBERTO SOARES BULCÃO COUTINHO, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 37, Data 21/02/2022, Página 114/22)

A despeito da utilização indevida dos recursos do Fundo de Financiamento de Campanha Eleitoral - FEFC, mostram-se os recursos malversados percentualmente pouco expressivos frente aos valores movimentados, aproximadamente 2,94% da totalidade do gasto, circunstância que faz incidir os princípios da razoabilidade e proporcionalidade para aprovar as contas com ressalvas, determinando-se, no entanto, a devolução ao Tesouro Nacional dos recursos irregularmente utilizados, no montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

(Id. 160329760)

O TRE/RN aprovou com ressalvas as contas de campanha do recorrente, haja vista irregularidades na aplicação de R\$15.000,00 oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) utilizados para a aquisição de fogos de artifício, bem como determinou o recolhimento desse valor ao erário.

Os embargos de declaração foram rejeitados (id. 160329782).

No recurso especial, alega-se (id. 160329791):

a) "[...] a matéria ora ventilada deixou de ser confrontada sob o prisma dos princípios da boa-fé, legalidade, proporcionalidade e da razoabilidade, todos com base constitucional, razão pela qual não merece prosperar, uma vez que foi comprovado que os fogos fazem parte do aparato para que sejam realizados atos substanciais que envolvem uma campanha eleitoral" (fl. 5);

b) "[...] a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral tem admitido a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para superação de irregularidades que representem valor absoluto diminuto, bem como, consolidou ser possível a aprovação das contas desde que não esteja evidenciada má-fé do prestador de contas" (fl. 5);

c) violação aos arts. 35, IX, e 37 da Res.-TSE 23.607/2019, pois "[...] não há vedação legal taxativa para gastos com fogos de artifícios, ou seja, a Resolução supracitada é meramente exemplificativa, nesse íterim, não se podem restringir direitos sem previsão legal, caso contrário, violaria expressamente o texto constitucional, que determina a autonomia partidária" (fl. 6);

d) "[...] os fogos de artifícios estão atrelados aos gastos com comícios e eventos destinados à promoção de candidatura, principalmente quando se trata de uma campanha desenvolvida no interior do Estado, onde os fogos de artifícios são culturalmente associados aos eventos de campanha eleitoral" (fl. 7);

e) "não há previsão legal de devolução de recursos oriundos Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC ao Tesouro Nacional, porquanto a legislação vigente prevê a devolução das 'sobras de campanha', sejam de verba pública ou privada ao Fundo Partidário" (fl. 8);

f) "[...] a devolução ao Tesouro Nacional por meio de GRU, só é possível na hipótese de recebimento de recursos de origem não identificada, o que não se vislumbra no presente caso, ficando desta forma parte da r. Decisão ora guerreada prequestionada" (fl. 8);

g) "não se trata de uma falha grave em que compromete a regularidade das contas de campanha, pois, não violam em nenhum momento a legalidade e transparência das contas prestadas, as quais foram prontamente identificadas por meio dos documentos anexados" (fl. 8); e

h) a devolução de valores, no caso dos autos, implica enriquecimento ilícito da União (fl. 9).

Ao final, requer-se o provimento do recurso e a reforma do acórdão recorrido para rever a sanção de recolhimento de valores ao erário e aprovar integralmente as contas.

O recurso especial foi admitido pela Presidência do TRE/RN (id. 160329793).

Sem contrarrazões, pois não há polo passivo.

A Procuradoria-Geral Eleitoral opinou pelo provimento do recurso especial (id. 160369752).

É o relatório.

A peça do recurso especial (id. 160329791) está assinada eletronicamente e foi juntada no prazo legal, no sistema PJe, pela Dra. Marielle Araújo de Medeiros, cujas procurações se encontram nos ids. 160329544, 160329658 e 160329745.

Conforme relatado, o recorrente pretende a aprovação integral das contas e o afastamento da ordem de recolhimento de R\$15.000,00 ao erário, imposta devido a gastos considerados irregulares de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para a aquisição de fogos de artifício.

Consoante o art. 35, IX, da Res.-TSE 23.607/2019, "são gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta Resolução [...] realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura".

Não há limitações expressas quanto aos tipos de produtos e serviços que podem ser utilizados nesses eventos, de modo que os candidatos possuem autonomia para organizá-los, desde que observados os demais comandos da norma.

Não obstante, o dispositivo submete tais despesas ao devido registro, à observância dos limites fixados na Resolução e à destinação de promover a candidatura, ótica sob a qual passo a analisá-las.

Observe, do acórdão recorrido, que os gastos com fogos de artifício estão devidamente registrados, correspondem a percentual pouco expressivo diante dos recursos movimentados na campanha e foram utilizados para a promoção da candidatura. É o que se infere:

Por outro lado, no que se reporta aos dispêndios realizados para aquisição de fogos de artifício, entendo que deve prevalecer a conclusão formulada pelo órgão técnico.

[...]

À vista de tais fundamentos, mostra-se de fato desejável que os recursos públicos direcionados às campanhas eleitorais sejam de utilização vinculada e sujeita ao controle dos gastos por meio da atividade fiscalizatória desta Justiça Especializada, pois do contrário restaria em muito facilitado o desvio de finalidade na sua utilização, na hipótese de se permitir aquisições irrestritas de produtos e serviços.

Na espécie, fogos de artifícios têm destinação puramente estética e decerto não contribuem para o aprimoramento da atividade política, e em alguns casos, têm seu uso desestimulado e até proibido em virtude dos prejuízos sociais, notadamente pela poluição sonora causada, mostrando-se de todo impertinente sua inclusão no rol de atividades de campanha sujeitas ao custeio com os recursos de natureza pública.

Dita falha, contudo, correspondente a percentual pouco expressivo frente aos valores movimentados pela campanha, próximo de 2,94% do total de gastos efetivados, de modo que não tem o condão de impor a reprovação das contas, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

(Id. 160329760 - sem destaque no original)

No mesmo sentido, transcrevo trecho do parecer da Procuradoria-Geral Eleitoral:

O art. 26, § 5º, da Lei nº 9.504/1997, prescreve que todo gasto eleitoral poderá ser adimplido "com recursos da campanha, do candidato, do fundo partidário ou do FEFC".

Por sua vez, o art. 35, IX, da Res.-TSE nº 23.607/2019, dispõe que são gastos eleitorais a "realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura". A utilização de artefatos como balões, bandeiras e fogos de artifício são meios de despertar o interesse dos eleitores em que o candidato irá expor suas plataformas políticas, devendo ser, portanto, considerados como gastos eleitorais.

Na espécie, a Corte Regional consignou, com amparo no parecer técnico, o dispêndio de R\$ 15.000,00 com a aquisição de fogos de artifício para a campanha eleitoral do prestador, custeados com recursos do FEFC. Assentou a irregularidade do gasto, unicamente, por entender que o custeio de material pirotécnico não pode ser considerado gasto eleitoral, por não estar amparado pelo rol do art. 35 da Res.-TSE nº 23.607/2019. [...]

Como se vê, o contexto fático narrado não evidencia maltrato ao controle e fiscalização das contas exercido pela Justiça Eleitoral. Tampouco se evidencia, no caso, a existência de má-fé do candidato na realização da despesa. Forçoso reconhecer, desse modo, haver razão na crítica do recurso especial do candidato no sentido de que o uso de fogos de artifício na campanha eleitoral não é vedado pela legislação de regência.

(Id. 160369752 - sem destaque no original)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial, nos termos do art. 36, § 7º, do RI-TSE, para aprovar as contas e afastar a ordem de recolhimento de valores ao erário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), data registrada no sistema.

assinado eletronicamente

MINISTRA ISABEL GALLOTTI
RELATORA

<https://jurisprudencia.tse.jus.br>

Boletim Eleitoral

Composição do Tribunal

Presidente

Desembargadora Maria de Lourdes Medeiros de Azevedo

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Desembargador Ricardo Procópio Bandeira de Melo

Juiz Federal

Fábio Luiz de Oliveira Bezerra

Juíza de Direito

Ticiane Maria Delgado Nobre

Juíza de Direito

Suely Maria Fernandes da Silveira

Jurista

Marcello Rocha Lopes (substituto)

Procuradora Regional Eleitoral

Clarissier Azevedo Cavalcante de Moraes